

ROMANCE MEMORIAL (OU FAMILIAR) E MEMÓRIA CULTURAL: A NECESSIDADE DE TRANSMITIR EM *UM DEFEITO DE COR* DE ANA MARIA GONÇALVES

FAMILY NOVEL AND CULTURAL MEMORY: THE NEED TO TRANSMIT IN *UM DEFEITO DE COR* BY ANA MARIA GONÇALVES

Zilá Bernd¹

Resumo: *O artigo tem por objetivo aproximar os conceitos de Memória Cultural e Romance Memorial na medida em que ambos têm na memória genealógica e nos processos de transmissão suas bases epistemológicas. O artigo procura mostrar que o romance contemporâneo transita da interioridade (escritas de si) para a anterioridade (necessidade de desvendar traços da ancestralidade do narrador) e aporta exemplos retirados do romance da autora afro-brasileira Ana Maria Gonçalves, Um defeito de cor (2010) que, através de 950 páginas, retrata a busca de uma ex-escrava por seu filho e a estratégia de preservação da Memória ancestral através das funções de transmissão, revivescência e reflexividade, apontadas pela teórica Anne Muxel (2007).*

Palavras-chave: Romance memorial, memória cultural, transmissão, genealogias.

Abstract: *The paper aims at bringing the concepts of Cultural Memory and Memorial Novel since both have in family memory and transmission processes their epistemological foundations. The article attempts to show that the contemporary novel moves from interiority (writings about oneself) to anteriority (need to reveal traces of the narrator's ancestry) and will contribute examples from the novel of the Afro-Brazilian author Ana Maria Gonçalves, Um defeito de cor (A color default) (2010) which, through 950 pages, traces the search of a former slave for her son and the preservation of ancestral memory strategy through transmission functions, revival and reflexivity, as indicated by the theorist Anne Muxel (2007).*

Keywords: Memorial novel, Cultural memory, Transmission, Genealogies

¹ Professora Doutora dos programas de Pós-graduação em Letras/UFRGS e Memória Social/Unilasalle. Bolsa PQ/CNPq. zilabster@gmail.com

*Se a vida foi reduzida a arquivos, e as pessoas
a funcionários de arquivos, a literatura é o lugar
onde se recria a morada da memória.
Marcia Tiburi Zero Hora, 26/04/2014*

Redesenhando o conceito de memória cultural e de romance memorial

Os teóricos que hoje introduzem nos estudos da Memória Social e coletiva, a denominação de Memória Cultural, tais como Aleida e Jan Assmann e Andreas Huyssen, valorizam os estudos da memória não apenas em termos de armazenamento de dados em arquivos, mas de tudo aquilo que escapa ao registro oficial, como o residual, o que foi obliterado ou o que se tentou apagar. Enfim a assim chamada memória cultural incorporaria os elementos que pertencem à esfera do sensível e do simbólico e que escapam ao registro hegemônico do poder e sua tentativa de construção de uma identidade nacional em termos de totalização. Há, portanto, um caráter político inegável na utilização do conceito de Memória Cultural.

Ian Assmann (2010, p. 41) aborda a questão do imbricamento das denominações: Memória individual e coletiva (Halbwachs); Memória social (Warburg) e Memória cultural, explicitando que Memória coletiva seria a denominação genérica, enquanto ele se preocupa, no livro intitulado *Mémoire culturelle; écriture, souvenir et imaginaire politique dans les civilisations antiques* (versão do original em alemão 2002), em distinguir memória comunicacional e memória cultural que seriam aspectos da memória coletiva. Afirma o mesmo autor que cultura da lembrança e memória cultural podem ser descritas em termos de “tradição” e “transmissão” (2010, p. 31). O autor argumenta que a memória cultural remete a uma das dimensões externas da memória humana. Nessa medida, a memória cultural seria uma das quatro dimensões da memória externa, a saber: 1. memória mimética (indicações escritas como livros de cozinha, bulas, manuais, etc.); 2. memória dos objetos (móveis, quadros, utensílios domésticos que despertam lembranças de nossos ancestrais); 3. memória comunicacional (a linguagem e a capacidade de comunicar-se não seria interna, mas desenvolve-se no contato com os demais); 4. *memória cultural ou transmissão do sentido* (ritos e comemorações são transmitidos; os próprios objetos quando se tornam ícones transbordam o sentido de memória dos objetos para se tornarem “memória cultural”) (Assmann, 2010, p. 18-19).

Já para Andreas Huyssen, o sentido de memória cultural está associado à memória geracional: para algo se transformar em memória é preciso que seja transmitido de geração em geração. O tempo do ato de memória é o presente e não o passado, embora toda memória dependa de alguma expe-

riência que ocorreu no passado (Huysen, 1995, introdução). Valendo-se de uma belíssima metáfora – o ocaso ou crepúsculo – para definir a memória, o autor menciona que é neste período intervalar, que ainda não é noite, mas já não é mais dia, que as memórias emergem. “Ocaso (*twilight*) é o momento do dia que antecede a noite do esquecimento; um entre-lugar em que a última luz do dia ainda pode efetuar maravilhas. É o tempo privilegiado da memória” (p. 19-21) A memória cultural está constituída não apenas por dados de arquivo ou pela historiografia tradicional, mas também pela memória contida nos vestígios, no que foi reprimido.

A maioria dos autores citados que trabalham com o conceito de memória cultural insistem na relação entre o imaginário urbano e as memórias traumáticas (extermínios, deportações, *shoah*, escravidão, etc.), pois ambos têm um papel-chave na transformação das sociedades contemporâneas. É nesse sentido que reiteramos o sentido político no emprego do conceito de memória cultural. Régine Robin, num saboroso livro que é ao mesmo tempo ensaio e autobiografia, *Le roman mémoriel* (1989), tematiza em ensaios e em contos ficcionais, as narrativas de vida de grupos da população que foram obrigados a silenciar, a esquecer e a reprimir para sobreviver, com ênfase para a comunidade judaica à qual ela pertence. Essas lembranças constituiriam a memória cultural que, segundo a autora, não se confunde com memória de grupo, no sentido identitário do termo (1989, p. 56). Seria uma memória geracional cuja fórmula emblemática é: a memória cultural “c’est ce que nous avons connu de meilleur” (“é o que nós conhecemos de melhor”) (p. 56). Para melhor explicitar sua fórmula, ela insere uma citação de seu romance *La Québécoise* no qual a personagem recém-chegada da França para o Quebec, rememora com nostalgia o que ela e a família, que exilou-se na França durante a ocupação nazista da Polônia, faziam: os livros que liam, os poemas que recitavam, os exercícios de piano, os fragmentos de filmes assistidos, os objetos que decoravam a casa bem como fotos amarelecidas. Assim, a personagem elabora listas de filmes, músicas, objetos, nomes próprios para não esquecer-los. Essa memória cultural seria polifônica e, segundo Robin, seria aquela que se desenvolve melhor em narrativas ficcionais do que na escrita da História:

Passé fixé, conservé, magnifié, commémoré; passé haï que l’on veut oublier, que l’on refole ; contre-mémoire qu’on oppose à la mémoire nationale, la mémoire officielle, en sortant son identité du ‘nous autres’ opposé à ‘eux’, passé pesant. (1989, p. 59)²

2 Passado fixado, conservado, magnificado, comemorado; passado odiado que queremos esquecer, que reprimimos; contra-memória que opomos à memória nacional, á memória oficial, tirando nossa identidade do “nós” que é oposta a “eles”, passado opressivo (ROBIN, 1989, p. 59).

Passado fixado, conservado, magnificado, comemorado; passado odiado que queremos esquecer, que reprimimos; contra-memória que opomos à memória nacional, à memória oficial, tirando nossa identidade do “nós” que é oposta a “eles”, passado opressivo (tradução minha)

Régine Robin associa memória cultural e romance memorial ou romance familiar. Para a autora, o romance memorial seria aquele em que

“Um indivíduo, um grupo ou uma sociedade pensa seu passado modificando-o, deslocando-o, deformando-o, inventando lembranças, um passado glorioso, ancestrais, genealogias ou, ao contrário, lutando pela exatidão factual, para a reconstituição do acontecimento ou sua ressurreição” (Robin, 1989, p. 48) ³

Esse romance seria necessariamente híbrido porque não separa mito e fato científico, nem o lendário do histórico. Resumidamente, a memória cultural, expressa através do romance memorial ou parental, desencadeia afetos e pode ser definida como a rememoração dos “fantasmas pelos quais o sujeito modifica imaginariamente seus laços com seus pais” (FREUD, apud, ROBIN, 1989, p. 47).

Dominique Viart, em alentado estudo sobre a Literatura francesa na contemporaneidade, aponta como uma das características do romance atual, na França, a preocupação com a temática da ascendência, da ancestralidade, projeto esse que faz parte de outro mais amplo conhecido como as “escritas de si”, onde se incluem as autobiografias e as obras autoficcionais. Observa o autor que, a partir dos anos 1980, o caráter de interioridade, que caracteriza as escritas de si, evolui para o caráter de anterioridade, que define as chamadas escritas da filiação (escrever sobre o pai ou a mãe) (VIART, D. In VIART, D.; VERCIER, B. (éds.) 2008, p. 79-101)

Falar dos pais é um subterfúgio para falar de si próprio, apontando para um desejo de conhecer melhor a herança deixada pelos pais. Na verdade trata-se do autobiográfico descrito através de um outro ponto de vista. O filho deseja saber o que aconteceu em momentos da vida dos pais em que ele não esteve presente. Na verdade esse tipo de romance da memória familiar rende tributo aos pais e avós, salientando o quanto o narrador herdou de seus ancestrais, estabelecendo um continuum familiar. Como explicitaremos a seguir, citando um estudo de Anne Muxel, essa narrativa que se alicerça na memória cultural da família, está voltada para as origens e para os modos de transmissão.

3 Trad. de Z. B.

Esse tipo de romance familiar ou memorial que Viart chama de romance de filiação, articula-se a partir de vestígios (objetos da casa paterna, cartas, fotos) ou da falta (pais ausentes, transmissão imperfeita). O autor supre os elementos da falta, do esquecimento, com sua imaginação, rendendo em muitos casos, homenagem aos pais.

Anne Muxel em *Individu et mémoire familiale*, (2007), desenvolve o tema das funções da memória familiar (p. 13): a) função de transmissão; b) função de revivescência afetiva; c) função de reflexividade (avaliação crítica). Na função de transmissão, “a memória é mobilizada para restituir a história do indivíduo no conjunto dos laços genealógicos e simbólicos que o unem aos membros de uma família” (MUXEL, 2007, p. 14, a trad. é minha) É a repetição que opera a transmissão e é a socialização que propicia a reprodução (p.19). A função de revivescência é a uma função afetiva, através da qual a narrativa de filiação tenta reviver a afetividade, após a perda ou a separação da família. Por fim, a função de reflexividade, que corresponde a uma reavaliação da própria vida através do resgate da memória parental, recupera uma memória negociada; mais do que *trace* (*traço, vestígio*), a memória é um traçado. Tendo desaparecido os lugares de memória familiar, a lembrança deve ser fixada em um lugar, voltar a enraizar-se: objetos, cartas, fotografias que restam são transmitidos aos descendentes em memória dos ascendentes desaparecidos. Nesse sentido, a transmissão tem um papel de reparação (MUXEL, 2007, p. 191).

Resumindo, não é só através da memória cultural que rememoramos mitos, rituais e celebrações, obras artísticas e textos literários, que povoaram nosso imaginário, mas também através da tradição, da vivência compartilhada de grandes traumas como o Holocausto e a escravidão, da comunicação no âmbito familiar e social. Memória voluntária e involuntária desencadeiam a memória cultural, já que elementos memoriais traumáticos podem voltar à superfície depois de longo período de amnésia, silêncio e temor ou impossibilidade psíquica de rememorá-los. Em um mundo marcado pela extrema mobilidade de informações, pode-se assegurar o fluxo entre passado e presente e a preservação de patrimônios culturais, que de outra forma se perderiam, através do trabalho da memória cultural. (cf MARSHALL, 2008, p. 16)

A transmissão da memória ancestral em Um defeito de cor

Ana Maria Gonçalves, nascida em Minas Gerais em 1970, logra a façanha de ser a primeira escritora brasileira a narrativizar a saga da diáspora

africana para o Brasil a partir do embarque, em 1810, de escravos oriundos do reino Daomé (hoje Benin) para o Brasil. Através da personagem Kehinde que recebeu o nome português de Luísa, a autora retraça a história da escravidão no Brasil, com ênfase para a Bahia, de 1810 até às vésperas da abolição da escravatura, período da morte da protagonista, conhecida como Luísa Mahin, que teria atuado na Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, com a sublevação de escravos muçulmanos. A longa narrativa de 951 páginas, que caracteriza o que se chama de *roman-fleuve*⁴, conta a história traumática do regime escravocrata brasileiro ao longo do século XIX (de 1810 a 1877) do ponto de vista da mulher escrava, o que confere à obra grande originalidade.

Um defeito de cor, cuja primeira edição é de 2006, com prefácio elogioso de Millôr Fernandes, pode ser lido como um romance memorial no sentido em que a longa carta escrita por Luísa ao filho, supostamente o escritor Luís Gama, considerado o fundador da literatura negra ou afro-brasileira⁵, constitui-se em um monumental esforço de transmitir por escrito – já que Kehinde-Luísa fora alfabetizada juntamente com sua sinhazinha – a história do injusto regime escravista brasileiro pela ótica de suas maiores vítimas: as mulheres.

No espírito da tradição oral africana, o livro começa com a citação de um provérbio de origem africana: “Quando você segue as pegadas dos mais velhos, aprende a caminhar como eles” (página pré-textual). Essa epígrafe já nos dá uma pista do caráter respeitoso em relação aos ancestrais, o que se revela evidente na narrativa que tem um duplo objetivo: (1) registrar os acontecimentos de sua vida, dirigindo-se ao filho desaparecido (Luís Gama que, embora tenha nascido livre, fora vendido como escravo por seu próprio pai sem o conhecimento da mãe, Luísa), ou seja, transmitir seus registros memoriais à sua descendência, mas também (2) render tributo aos ensinamentos de sua avó que veio com ela no navio negreiro, mas morreu durante a travessia do Atlântico.

Trata-se, portanto, de recuperar o legado da avó, cuja sabedoria e re-

4 Roman fleuve: Roman très long, présentant de nombreux personnages de plusieurs générations. (Romance muito longo, apresentando numerosos personagens de várias gerações.) ROBERT, Paul. *Le Petit Robert*, 1, Paris, 1984. p. 1726.

5 Sobre a apelação « Literatura Negra », Zilá Bernd em *Introdução à Literatura Negra* (Brasiliense, 1988) a definiu como aquela que “não se atrela nem à cor da pele do autor nem apenas à temática por ele utilizada, mas emerge da própria evidência textual cuja consistência é dada pelo surgimento de um eu enunciador que se quer negro” (1988, p. 22). A denominação “literatura afro-brasileira ou afro-descendente”, foi definida por Eduardo de Assis Duarte: “literatura é discursividade e a cor da pele será importante enquanto tradução textual de uma história própria ou coletiva” (2010, p. 127).

ligiosidade permitiram à heroína a reconstrução de uma identidade estilhaçada pela diáspora e pela condição escrava em que o ser não pertence a si mesmo, mas a seus senhores. O trabalho de memória realizado pela rememoração de fatos vividos ainda na tenra infância da heroína só pode ser efetivado no reencontro com o vodum (religião de origem africana), durante incontáveis sessões de iniciação, e pela intermediação de mães de santo que efetivamente exerceram o papel de substitutas da mãe e da avó desaparecidas. A memória resgatada precisa agora ser repassada ao filho ausente ao qual deve transmitir esta herança ancestral obtida através de longo trabalho de reapropriação e de negociação.

São dois tempos geracionais: (1) o do empenho em relembrar a memória ancestral sem a qual não há possibilidade de reconstrução identitária, pois “é sem dúvida no que Maurice Halbwachs denomina como ‘o laço vivo das gerações’, quer dizer, a memória genealógica e familiar, que o jogo da memória e da identidade se dá a ver mais facilmente” (CANDAU, 2012, p. 137); (2) o da tentativa de transmitir a seu filho a herança da memória cultural reconquistada através dos rituais de iniciação do vodum.

Primeiro tempo: a transmissão da avó para a neta

Foi somente após Kehinde-Luísa ter conseguido comprar sua alforria, através da venda de *cookies* cuja receita aprendeu na casa da família inglesa de quem foi escrava de aluguel, em Salvador, que a protagonista começa a ter sonhos com a mãe, violentada e assassinada antes do embarque no navio tumbeiro, e com a avó, morta durante a travessia, quase na chegada ao Brasil, devido ao rude tratamento dado aos escravos nos porões dos navios negreiros. Na chegada, ela é comprada por um senhor de escravos cuja fazenda ficava na Ilha de Itaparica onde exercerá toda sorte de tarefas, tendo por conselheira a escrava Esméria que se torna o único laço afetivo de Kehinde em terras brasileiras. Nada lhe restará: nenhum parente, nenhum objeto a partir do qual pudesse reconstruir passagens de sua vida em África. Somente imagens traumáticas ligadas à morte de todos os seus familiares. Tudo lhe foi retirado: a língua africana, o próprio nome, signo primeiro de identidade, e a fé, impondo-lhe pelo batismo a religião católica.

Somente muitos anos mais tarde, a viúva do proprietário transfere-se para Salvador, levando alguns escravos domésticos consigo. Já em Salvador, encontra Agontimé que havia sido rainha no reino de Daomé: “Assim como minha avó, a Agontimé tinha saído de Abomé quando o rei Adan-

dozan subiu ao trono do reino de Daomé” (GONÇALVES, 2012, p. 131). Esse encontro desperta em Kehinde o desejo de reencontrar as origens, de tornar a ouvir a fala de suas ancestrais desaparecidas. Na falta da mãe e da avó, projeta em Agontimé seu anseio de relembrar as histórias contadas pela avó sobre seu povo, sua fé e sobretudo os vestígios da memória ancestral. O povo de Agontimé é chamado no Brasil de mina-jeje e ela, como sacerdotisa, é a responsável pela preservação dessa fé no Novo Mundo já que trouxe da África os seus voduns. Informou a Kehinde que partiria para o Maranhão onde fundaria na Casa das Minas um lugar de culto de sua religião.

Anos após esse encontro, depois de ter dado a luz ao segundo filho, e tendo que sair de Salvador em virtude do malogro da Revolta dos Malês da qual participara, consegue evadir-se e seguir de navio para São Luís do Maranhão em busca do esclarecimento sobre o significado das histórias contadas e recontadas pela avó as quais continham elementos da mitologia e da religião de sua terra natal da qual fora arrancada de forma tão brutal, crescendo sozinha em ambiente desconhecido, tendo que aprender uma outra língua e professar uma nova fé.

Encontra-se com Agontimé que, na Casa das Minas passa a ser chamada de Maria Mineira Naê, ou a *noche* Naê que corresponde a “sacerdotisa do vodum, em eve-fon, na Casa das Minas; significa também mãe ancestral, o que às vezes provoca confusão com o culto Iyamí Osorongà, do culto *gelédé*.” (GONÇALVES, 2012, p 597). Fica nítido aqui o desejo da busca da memória familiar através dessa *mãe ancestral* que compartilhou de maneira muito próxima a cultura da qual Kehinde é originária. Sabe-se também, através dos estudos de Anne Muxel, o quanto a memória familiar é um princípio organizador da identidade: através da recuperação da memória coletiva, da reminiscência de festas e rituais, do compartilhamento de saberes como receitas da cozinha familiar, canções, orações etc., o iniciado se constitui como sujeito. Ao iniciar-se como *vodunsi*, Kehinde reintegra o patrimônio imaterial do qual foi privada pela falta de convívio com qualquer pessoa de sua comunidade. Privada dos lugares de memória familiar e não conseguindo lembrar-se das lições da mãe e da avó materna, cujas mortes traumáticas presenciou, quase nada foi preservado em sua memória a não ser fragmentos das histórias narradas pela avó. Retomar contato com essa tradição interrompida pelo trauma da deportação seguida da escravização tem um poder de apaziguamento, já que a herança cultural transmitida pela *noche* Naê, mãe ancestral, tem importante papel de reparação.

A reconstituição de laços familiares e afetivos no terreiro da Casa de Minas, a possibilidade de compartilhar o trauma dos castigos sofridos no cativeiro e de lembrar antigas tradições durante rituais e celebrações tornam viáveis a reconstituição dos fragmentos das histórias familiares e o estabelecimento de elos entre os rastros memoriais que podem agora voltar à superfície, depois de longo período de amnésia, silêncio e impossibilidade psíquica de rememorá-los.

O meu ritual de iniciação foi um dos momentos mais felizes que já vivi, quando finalmente pude receber meu vodum, que me disse coisas lindas por intermédio de uma das *hunjaís* da Roça. À noite sonhei com minha avó e minha mãe, quando ainda tive notícias de que a Esméria e o Sebastião estavam felizes (GONÇALVES, 2012, p. 629).

Vale à pena conferir a reflexão de Myriam Lins de Barros sobre a figura dos mediadores que, segundo a autora, têm função fundamental nos processos de afirmação da identidade individual e na manutenção da identidade grupal ou coletiva: “Apresentados como elo vivo entre gerações, os mediadores transmitem a história de um passado vivido e experimentado. No meio familiar, os avós representam a imagem da união entre seus antepassados e seus descendentes” (1989, p. 33).

Segundo tempo: a transmissão da mãe para o filho

Tendo realizado as três funções da memória familiar mencionadas por Anne Muxel (2007, p.13-14): função de transmissão, de revivescência afetiva e de reflexividade ou reavaliação da própria existência, Kehinde/Luísa precisa romper o silêncio entre as gerações e transmitir suas memórias ao filho que, embora ausente, é o herdeiro dessa memória cultural resgatada.

Decide fazê-lo através de cartas, embora se sentisse na contramão da cultura oral africana. O essencial era que ele soubesse de sua história para que não ficasse como ela própria sem ter consciência de seu passado no núcleo familiar e que tomasse conhecimento de seu empenho em reencontrá-lo, através de uma busca que durou várias décadas. Em outros momentos hesitou em pôr no papel suas memórias:

Na época não me animava a escrevê-la, como Kuanza me pediu, porque os africanos não gostam de pôr histórias no papel,

o branco é que gosta. Você pode dizer que estou fazendo isto agora deixando tudo escrito para você, mas esta é uma história que eu teria te contado aos poucos, noite após noite, até que você dormisse. E só faço assim por escrito, porque sei que já não tenho mais esse tempo. Já não tenho mais quase tempo algum, a não ser o que já passou e que eu gostaria de te deixar como herança. (GONÇALVES, 2010, p. 617)

No papel atual de guardião da memória parental, urge que faça dom ao filho sobre o qual - bem mais tarde já cega e em idade avançada - veio a saber que se tornara advogado, poeta e defensor da causa dos escravos. Sabe da importância de legar ao filho a consciência de pertencer a uma cadeia de gerações sucessivas e de sentir-se herdeiro desse legado. Como nos ensina Joël Candau, a memória geracional “é a consciência de sermos os continuadores de nossos predecessores” (2012, p. 142).

Narrar está, pois, na origem da memória parental. Ao narrar ao filho suas inúmeras travessias: da África para o Brasil; de Salvador para o Maranhão; a volta para a África e finalmente o desejo de retornar ao Brasil, sabe que “é narrando que a vida se transmite e permanece, seja nos escritos, seja na transmissão oral” (GUTFREIND, 2010, p. 28).

Tempo genealógico, transmissão e romance memorial

O romance de Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor*, vem preencher importante lacuna não apenas na literatura negra ou afro-brasileira quanto na literatura brasileira como instituição, no sentido de retrazar a história da escravidão, ressaltando episódios de insubordinação e rebeldia por parte dos escravos. A literatura afro-brasileira contemporânea é rica no que diz respeito à poesia e ao conto, apresentando grave carência no que se refere à produção romanesca. Inspirada no primeiro poeta a assumir o eu enunciador que se quer negro na literatura brasileira, Luís Gama (1830-1882), Ana Maria Gonçalves retoma, no título do romance, um fragmento de um poema atribuído a Luís Gama: “Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime.” (GAMA, s/d)

Essa homenagem prestada ao poeta perpassa o romance cujo tema central é a busca da mãe Luísa Mahin pelo filho desaparecido após ter sido vendido pelo pai, um fidalgo português que, em razão de dívidas de jogo, vendeu o filho como escravo, embora ele tivesse nascido livre (de pai branco e mãe alforriada). Contudo, a importância maior desse soberbo roman-

ce está na focalização feminina: é a partir das cartas de uma mulher negra, ex-escrava, que o leitor acompanha os acontecimentos ocorridos nos ásperos tempos da escravidão, no decorrer do século XIX, sem que nunca o nome do poeta seja mencionado. O leitor intui, pelas pistas deixadas pela narradora, que se trata da vida da mãe de Luís Gama, a figura mitológica de Luísa Mahin, ativista da Revolta dos Malês.

Ao colocar em cena o jogo entre memória e identidade, entre emergência da memória geracional e a construção da memória cultural, e ao realçar o papel da transmissão como peça-chave do romance memorial, Ana Maria Gonçalves faz de *Um defeito de cor* o espaço privilegiado da transferência da figura lendária de Luísa Mahin para o território híbrido do romance. Contribui, assim, para a divulgação do papel de uma mulher guerreira representativa da rebeldia, da defesa da luta contra os preconceitos, do respeito à tradição e à memória ancestral, e também do amor materno. Vale, lembrar a citação em epígrafe de autoria de Marcia Tiburi: “Se a vida foi reduzida a arquivos, e as pessoas a funcionários de arquivos, a literatura é o lugar onde se recria a morada da memória”.

Para efetivamente transformar a literatura em “morada da memória”, Ana Maria Gonçalves realiza uma espécie de construção em abismo na medida em que, assim como a narradora, abre mão da tradição de oralidade da cultura africana para registrar no papel as descobertas que realiza sobre sua memória cultural. Ao realizar, no texto literário, a fusão de mito e história, fixando através da escritura o que o imaginário popular transmitiu oralmente, a autora, uma mulher negra, portanto com ascendentes escravos, exercita o trabalho da memória e do esquecimento, completando os interstícios com uma prodigiosa imaginação. Contribui, assim, para a recriação da figura de Luísa Mahin, como imagem emblemática da luta da mulher contra a opressão.

Nesse caudaloso romance memorial, acompanha-se a trajetória da personagem em busca da cura do trauma sofrido por estupros e cruéis castigos corporais, o que efetivamente consegue através do trabalho da memória realizado durante os rituais de iniciação onde se dá a reconciliação com a memória ancestral. O destinatário dessa trajetória de reconstrução identitária através da recuperação da memória cultural não é somente o filho, mas todos nós, leitores desse romance, pois, conforme Anne Muxel, o destinatário de uma transmissão não é unicamente aquele que se inscreve ou que pertence a uma mesma cultura, já que a “a transmissão, como a memória, resulta sempre de uma reapropriação, logo de uma recriação, de

uma reinvenção, podendo nos levar a deslocamentos, como a inversões de sentido, de espaço e de temporalidades” (MUXEL, 2003, p. 157)⁶.

BIBLIOGRAFIA

- ASSMANN, Jan. *La mémoire culturelle: écriture, souvenir et imaginaire politique dans les civilisations antiques*. Paris: Flammarion, 2010.
Traduzido do alemão para o francês por Diane Meur.
- BARROS, Myriam M. L. de. Memória e família. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 1989, v. 2, n. 3, p. 29-42.
- BERND, Zilá. Estratégias memoriais nas sociedades contemporâneas. IN GRAEBIN, Cleusa M.; SANTOS, Nadia M.W. (org.) *Memória social; questões teóricas e metodológicas*. Canoas: editora UnilaSalle, 2013. p. 45-66. Série Memória e Patrimônio, 5
- BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CANDAU, Joël. O jogo social da memória e da identidade (2): fundar, construir. IN CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 137-179.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. *Terceira margem*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 113-138, jul.-dez. 2010.
- ASSMANN, Aleida. Introdução. (p. 15-27); A crise da Memória cultural. (p. 437-442). IN *Espaços de recordação; formas e transformações da memória cultural*. Campinas: editora UNICAMP, 2011. Trad. Paulo Soethe (coord.)
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FREUD, S. apud ROBIN, Régine. *Le roman mémoriel*. Montréal: le Préambule, 1989. p. 47.
- GUTFREIND, Celso. *Narrar, ser mãe, ser pai & outros ensaios sobre a parentalidade*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.
- HUYSSSEN, Andreas. *Twilight Memories; marking Time in a Culture of Amnésia*. N. York: Routledge, 1995.
- LINS DE BARROS, Myriam M. Memória e família. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989, p. 29-42
- MARSHALL, Francisco. Apresentação: memória cultural, conceito e projeto. IN HALEWICZ, Tiago. *Memória cultural polonesa*. Porto Alegre: Studio Clio/Vidáguas, 2008. p. 11-17.

⁶ La transmission, comme la mémoire, résulte toujours d’une réappropriation, donc d’une re-création, donc d’une re-invention, pouvant aussi conduire à des déplacements comme à des inversions de sens, d’espaces ou de temporalités ».

- MUXEL, Anne. *Individu et mémoire familiale*. Paris: Hachette, 2007 (primeira edição Armand Colin, 1996)
- MUXEL Anne. Temps, mémoire, transmission. In RODET, Chantal (org.). *La transmission dans la famille; secrets, fictions et idéaux*. Paris: L'Harmattan, 2003. P. 147-157.
- ROBIN, Régine. *Le roman mémoriel*. Montréal: le Préambule, 1989.
- TIBURI, Marcia. Entre arquivo e memória; literatura e a arte de viver. Caderno fronteiras do pensamento encartado em *Zero Hora*, sábado, 26 de abril de 2014, p.4-5.
- VIART, D. Récit de filiation. IN VIART, D.; VERCIER, B. (éds.) *La littérature française au présent*. Paris: Bordas, 2008. (p. 79-101).
- VIART, Dominique. Le silence des pères au principe du « récit de filiation ». *Revue Études Françaises*. Montréal, Université de Montréal, 2009, v. 45, n 3, p. 95-112.

Bibliografia complementar consultada para o conceito de romance memorial ou familiar

- ASSMANN, Aleida. Introdução. (p. 15-27); A crise da Memória cultural. (p. 437-442). IN *Espaços de recordação; formas e transformações da memória cultural*. Campinas: editora UNICAMP, 2011. Trad. Paulo Soethe (coord.)
- BERND, Zilá. *Por uma estética dos vestígios memoriais; releitura das literaturas das Américas a partir dos rastros*. Belo Horizonte: Fino traço, 2013.
- FREUD, Sigmund. Romances familiares. *Livro IX - Obras psicológicas de Sigmund Freud*. www.lacan.dk3.com
- GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva e memória social. *Morpheus – Revista eletrônica em Ciências Humanas*. Ano 8, número 13, 2008. <http://www.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogondar.htm>
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. Trad. de Sergio Alcides de parte da versão em inglês *Twilight Memories*.
- LAPOINTE, M-E.; DEMANZE, L. Figures de l'héritier dans le roman contemporain. *Revue Études Françaises*. Montréal, Université de Montréal, 2009, v. 45, n 3, p.5-9.

Recebido em: 23/06/2014. Aceito em: 25/07/2014.